

Fábio Lúcio Meira

João Pedro Albino



**A Inovação Social como ferramenta de
combate à vulnerabilidade social**

inova^{CPs}

A Inovação Social como ferramenta de combate à vulnerabilidade social



inovaCPS

A Inovação Social como ferramenta de combate à vulnerabilidade social

Fábio Lúcio Meira
João Pedro Albino

INOVA CPS

Comitê Editorial

Profª. Drª. Simoni Maria Gheno – Inova CPS

Profª. Drª. Maria Benincasa – Inova CPS

Prof. Dr. Paulo Quinteiros – Inova CPS

Prof. Esp. Rodrigo Martins Naves – Inova CPS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Meira, Fábio Lúcio

A Inovação social como ferramenta de combate à
vulnerabilidade social [livro eletrônico] / Fábio
Lúcio Meira, João Pedro Albino. -- 1. ed. --
Marília, SP : Ed. dos Autores, 2022.

Bibliografia.

ISBN 978-65-00-45377-5

1. Brasil - Política e governo 2. Empreendedorismo
social 3. Inovação social 4. Pobreza - Aspectos
sociais 5. Pobreza - Brasil I. Albino, João Pedro.
II. Título.

22-111342

CDD-303.484

Índices para catálogo sistemático:

1. Inovação : Mudança social : Sociologia 303.484

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Marília - 2022

Sobre os autores:



Fábio Lúcio Meira

Professor universitário há 26 anos, mestre em Ciência da Computação pelo DC-UFSCar. Doutorando em Mídia e Tecnologia pela FAAC-Unesp-Bauru. Foca seu trabalho em Inovação Social, onde aplica paradigmas de Design Thinking como objeto norteador de sua tese.



João Pedro Albino

Doutor em Administração e Pós-Doutor em Gestão de Inovação e Tecnologia da Informação pela FEA-USP. Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento pela Universidade de Aveiro. Pós-Doutor em *Data Science* pela Universidade de Salamanca. Professor Associado na Unesp – Bauru.

Sumário

Parte 1 – Como definimos “Pobreza”	9
Comunidades em Situação de Vulnerabilidade Socioeconômica	13
Metodologias de Análise da Situação Socioeconômica	14
Metodologias Objetivas × Metodologias Multidimensionais	17
Parte 2 – Conceitos de Inovação	33
Do “ <i>Canon</i> ” à Inovação Social	33
Inovação Social	38
Viés Econômico: Empreendedorismo Social, Inclusão Econômica e Sustentabilidade.....	48
O Ciclo da Inovação Social	52
A Estrutura necessária para a Inovação Social.....	58
A Estrutura Para o Ecossistema de Inovação Social	59
Parte 3 – Dois Projetos .BR de Inovação Social	65
O Artesanato Solidário da Artesol.....	65
O Cenário Nacional.....	66
Barreiras.....	67
Acesso à arte	68

Comércio Justo 69

Projeto Artiz..... 70

Indústria 70

Momentos Artesol 71

Instituto Chapada de Educação e Pesquisa construindo o saber nos recônditos
do Nordeste Brasileiro 74

Atuação 74

Metodologia de Desenvolvimento de Projetos do ICEP 76

Fechamento..... 80

Referências Bibliográficas 82

Parte 1. Como definimos “*Pobreza*”



inova^{cps}

O grande motivador dos projetos de Inovação Social não são a concorrência comercial ou a necessidade pela busca de novos mercados, mas sim, a necessidade de superação de adversidades e riscos para as comunidades ou grupos sociais em situação de vulnerabilidade socioeconômica.



inovaCPS

Parte 1 – Como definimos “Pobreza”

Em 2020, a população brasileira supera a marca de 210 milhões de habitantes. Destes, 40%, ou seja, 82 milhões de habitantes, aproximadamente, possuíam algum tipo de ocupação formal, 14 milhões de habitantes em condições de trabalho (com condições físicas ou idade condizente ao exercício de alguma profissão) desempregados. 115 milhões de pessoas encontravam-se fora da força de trabalho.

A *renda per capita* era de R\$911,00 e a média¹ salarial girava em torno de R\$2.398,00, ainda no primeiro trimestre do mesmo ano.

Em 2019 a população brasileira em situação de vulnerabilidade econômica totalizava 31,2% dos cidadãos, ou seja, aproximadamente 65 milhões de habitantes, sendo que 24,7% da população (ou seja, quase 52 milhões de habitantes), se encontrava em situação de Pobreza e 6,5% da população (13 milhões e 500 mil habitantes) se encontrava em condições de Extrema Pobreza.

No Brasil, um cidadão é classificado em situação de Pobreza quando sobrevive com o respectivo a US\$5,00 diários e situação de Extrema Pobreza quando sobrevive com o respectivo a US\$1,50 diários.

¹ “A Renda média mensal é o valor médio recebido por todas as pessoas que têm algum tipo de rendimento no Brasil, se recebessem o mesmo valor por mês.” (IBGE A, 2021)

Um número alarmante demonstra que do montante de pessoas em situação de extrema pobreza, aproximadamente 30%, ou seja, 4 milhões de habitantes são mulheres negras ou pardas.

Ainda não há números claros, mas indicações prévias de organizações não governamentais que atuam no combate à fome demonstram um aumento nessa taxa em 2020 e 2021, consequência da Pandemia do Corona Vírus 19 e da crise econômica que assola o país.

Como é fácil perceber na diferença inerente entre a *Renda Per Capita* e o Salário Médio Nacional, outro grave problema que agrava a situação de pobreza é a desigualdade social. Em 2020, o Brasil atingiu a alarmante posição de 9ª pior distribuição de renda do mundo. Essa classificação é indicada pelo Índice GINI.

O Índice de Gini, que mede a concentração de rendimentos e quanto mais perto de um, pior a distribuição, ficou em 0,543 em 2019, pelos dados da Síntese dos Indicadores, uma leve queda em relação a 2018, mas perdemos terreno. Em 2012, esse mesmo índice era de 0,540. Chegamos a 0,523 em 2015, mas a recessão entre 2015 e 2016 e a recuperação seguinte mais forte para a camada mais rica da população pioraram a distribuição de renda no Brasil. Agência O Globo (Exame)

É notório que a política de combate à pobreza pelos mais diversos governos brasileiros é inerte e paliativa. O alto número de cidadãos brasileiros vivendo em situação de Vulnerabilidade Socioeconômica e a falta de uma política severa de combate à pobreza transfere à sociedade, representada pelas mais diversas instituições, a responsabilidade pelo desenvolvimento de projetos de Inovação Social com o objetivo primeiro de estabelecer caminhos para que essas comunidades em situação de vulnerabilidade tenham a capacidade de escalar seu status, tanto em nível econômico, quanto social e estrutural.

A evolução do número de projetos de Inovação Social no Brasil ainda se demonstra tímida, existindo uma lacuna de apoio às comunidades em situação de vulnerabilidade socioeconômica, onde membros da sociedade em geral, independente de qual setor, encontram dificuldades em compreender o processo de proposição, implementação e implantação de projetos de Inovação Social.

O fomento à Inovação Social e ao combate à pobreza de forma sustentável vai ao encontro das principais metas da Agenda 2030, um plano de ações da Organização das Nações Unidas (ONU) com foco nas pessoas, na promoção da vida digna e no desenvolvimento sustentável.

O principal objetivo da Inovação Social é a busca pela melhora na qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos de uma comunidade, não importando sua esfera, seja um bairro, uma cidade ou mesmo um estado ou um país.

Países como Portugal, Alemanha e Inglaterra, dentre outros países considerados como sendo países de “primeiro mundo”, estão já há muitos anos discutindo, desenvolvendo e implantando projetos de Inovação Social enquanto países da América Latina, África, Ásia começam a trabalhar os primeiros passos no desenvolvimento desses projetos. Em países ditos do “terceiro mundo”, uma grande porcentagem dos projetos de Inovação Social é elaborada e implementada por membros do segundo e terceiros setores, deixando um grande vácuo de projetos desenvolvidos pelo primeiro setor da sociedade.

Para a implantação de projetos de Inovação Social que sejam efetivos e que produzam resultados positivos para o desenvolvimento de uma comunidade em situação de vulnerabilidade socioeconômica, é importante primeiro que a equipe de desenvolvimento do projeto tenha plena compreensão dos conceitos de:

- a. Pobreza e vulnerabilidade social (de acordo com os critérios definidos pelo Governo Federal Brasileiro).
- b. Inovação e Inovação Social.
- c. Conhecer ferramentas, técnicas e metodologias que ofereçam suporte ao desenvolvimento de projetos de Inovação Social.

Comunidades em Situação de Vulnerabilidade Socioeconômica

O principal instrumento de avaliação utilizado pelo governo brasileiro para a definição de estratégias e políticas de combate à pobreza é o conjunto de Indicadores de Vulnerabilidade Socioeconômica.

Marcos Aurélio Costa, autor do Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros, obra editada e publicada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), aponta que os municípios brasileiros compõem o principal elemento de abastecimento de dados e informações relevantes para que o governo federal possa identificar membros da população que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A correta compilação desses dados, bem como a correta transformação desses dados em um conjunto rico de informações, permite aos governantes a compreender as demandas de comunidades, independente do seu escopo (uma vila, um bairro, um distrito, uma cidade, uma região intermunicipal) e definir políticas adequadas com o objetivo de erradicação da pobreza.

No contexto dessa obra, é necessário compreendermos a metodologia aplicada pelo Governo Brasileiro, em todas suas instâncias federativas (Federal, Estadual e Municipal) para a classificação de um cidadão como sendo “Pobre” ou “Não Pobre”.

Metodologias de Análise da Situação Socioeconômica

Uma das primeiras dificuldades na análise de dados para identificar comunidades em situação de vulnerabilidade socioeconômica no Brasil é a quantidade de metodologias utilizadas e a não padronização entre essas metodologias. Órgãos distintos, dos três setores da sociedade, aplicam metodologias distintas, obtendo resultados distintos e acabam por aplicar políticas distintas de combate à miséria.

Políticas como o Programa Bolsa Família, o Benefício da Prestação Continuada, além de organismos como o IPEA e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aplicam metodologias diferentes para estabelecer os parâmetros que apontam as condições de vulnerabilidade socioeconômica de um cidadão, gerando resultados divergentes.

Alguns parâmetros devem ser devidamente identificados em uma comunidade para identificar sua real condição socioeconômica, como por exemplo:

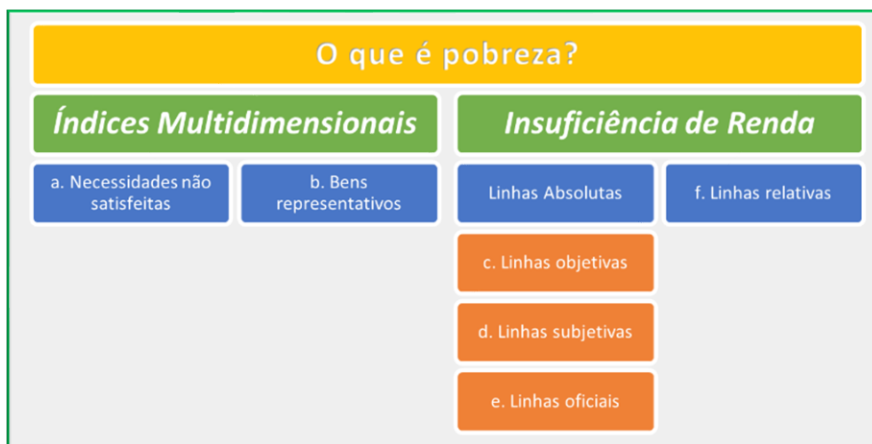
- Capacidade de atendimento às necessidades nutricionais do indivíduo;
- Infraestrutura de sustentação do indivíduo (luz, saneamento básico, saúde etc.);
- Pobreza absoluta ou evolutiva;
- Necessidades de consumo.

Na figura 1 são apresentados alguns modelos de Classificação de Pobreza e suas duas principais classificações. Classificações diferentes geram demandas e políticas distintas de combate à pobreza.

É preciso entender que o objetivo de uma *linha de pobreza* é justamente estabelecer critérios que indiquem se um membro da sociedade está ou não em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Parâmetros como renda individual, renda familiar, infraestrutura domiciliar, bens de primeira necessidade (geladeira, fogão, água aquecida) devem ser levados em consideração, dependendo da metodologia de classificação utilizada.

Figura 1 – Metodologias de Classificações de Pobreza



Fonte: Próprio autor

- a. *Necessidades não satisfeitas* – são metodologias que envolvem parâmetros complexos, com inúmeras variáveis além da renda individual ou familiar. Parâmetros de conforto mínimo (os quais, na minha opinião, deveriam ser considerados como instrumentos de primeira necessidade em uma casa), como por exemplo, acesso à Internet, geladeira, fogão e outros utensílios, são consideradas variáveis importantes nesses modelos.
- b. *Bens representativos* – essas metodologias avaliam especificamente o contexto no qual a família está inserida, tanto estrutural quanto social, desprezando a variável renda familiar.
- c. *Linhas objetivas* – talvez hoje essas sejam as metodologias mais aplicadas em países subdesenvolvidos, como o Brasil; além de serem consideradas cruéis por muitos países do primeiro mundo, essas metodologias têm como prioridade na avaliação a necessidade objetiva comum a todas as metodologias, que é a exclusivamente a capacidade de Alimentação do cidadão, desconsiderando variáveis fundamentais como saúde, educação e moradia.
- d. *Linhas subjetivas* – definem o conceito de pobreza de modo subjetivo, sem definir valores absolutos como renda pessoal ou familiar, por exemplo.

- e. *Linhas oficiais* – definem a linha de pobreza baseando-se em limites estabelecidos por uma política pública, como o programa Bolsa Família, por exemplo.
- f. *Linhas relativas* – classificam membros da sociedade em uma linha de pobreza definida por desvios em uma amostragem, como por exemplo, comparando um membro da sociedade com uma amostra formada por um bairro, uma cidade ou um estado federativo.

Metodologias Objetivas × Metodologias Multidimensionais

Observando as classificações das metodologias apontadas anteriormente, podemos classificá-las em duas principais vertentes:

- a. As que tratam a renda como a única variável para avaliação do índice de pobreza;
- b. As que entendem que as variáveis devem ser múltiplas e multidimensionais.

O governo brasileiro, já há muitos anos, aplica quase que exclusivamente a primeira linha de avaliação, focando em políticas sociais como o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada.

O Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros, apresenta um estudo complexo sobre comunidades e as respectivas taxas de indivíduos em que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, utilizando uma metodologia que trata parâmetros multidimensionais em sua construção.

Metodologias Objetivas

A aplicação de Metodologias Objetivas é a principal ferramenta aplicada para identificar e caracterizar indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica no Brasil.

Mais especificamente, as linhas de pobreza calculadas pelo método das necessidades nutricionais mínimas ou insatisfeitas formam a base de grande parte das estimações de pobreza feitas na América Latina.

Soares (2009, p.15):

A justificativa apresentada para a aplicação dessas metodologias é tratar consumo de alimentos e água potável, em quantidades suficientes, as principais necessidades fundamentais para o suporte à vida, desconsiderando outros parâmetros tão importante quanto, como moradia, saúde, educação, segurança, lazer etc.

Esses métodos são guiados exclusivamente pelo consumo mínimo de calorias diários necessários para a sobrevivência de um ser humano; é importante destacar que, satisfazer caloricamente uma pessoa não implica em uma alimentação saudável e completa, como devidamente indicado por qualquer profissional da área de saúde.

Quando se trata da realização de uma análise multidimensional de variáveis para identificação de uma linha de pobreza, torna-se explícito que o valor do salário-mínimo brasileiro é insuficiente para a aquisição de uma cesta básica coerente para o sustento de uma pessoa, isso considerando um único indivíduo em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Quando o foco passa a ser a família, pensar um salário-mínimo para a aquisição de alimentação saudável, moradia, educação e saúde, torna-se insustentável.

A tabela 1 apresenta a lacuna existente entre os salários-mínimos necessários para manter o bem-estar de uma família de quatro pessoas e os salários-mínimos nominais, ou seja, o salário-mínimo que realmente é pago, no decorrer do segundo semestre, no ano de 2020.

Tabela 1 – Comparação entre o Salário-Mínimo Nominal e o Salário-Mínimo Necessário nos últimos seis meses de 2020

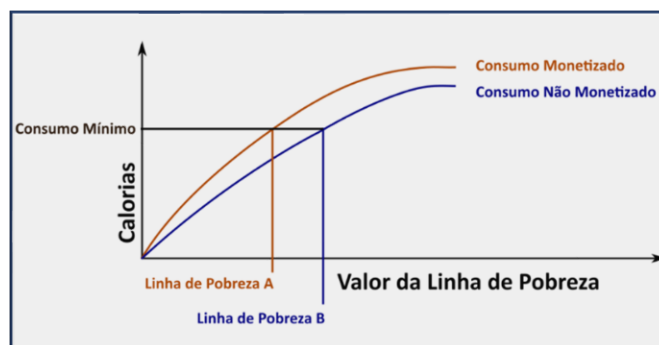
Mês	Salário-Mínimo Nominal	Salário-Mínimo Necessário
Dezembro	R\$ 1.045,00	R\$ 5.304,90
Novembro	R\$ 1.045,00	R\$ 5.289,53
Outubro	R\$ 1.045,00	R\$ 5.005,91
Setembro	R\$ 1.045,00	R\$ 4.892,75
Agosto	R\$ 1.045,00	R\$ 4.536,12
Julho	R\$ 1.045,00	R\$ 4.420,11

Fonte: Dieese (DIEESE A, 2020)

Diversos fatores importantes para o real cálculo da faixa de pobreza de um indivíduo não são computados ou são computados inadequadamente nesse método. As Metodologias Objetivas acabam por desconsiderar todas as demais necessidades para a sobrevivência de uma família ou mesmo de um único indivíduo, além da alimentação, como o consumo adequado de água potável, habitação e saúde.

Um item que infere em muitas famílias no Brasil é a agricultura familiar, que gera o conceito de Alimentação não Monetária, o qual consiste no consumo de alimentos cultivados pela própria família. Isso gera um menor custo no consumo familiar, forçando o limite de pobreza a valores superiores.

Figura 2 –Linha de Pobreza de Acordo com o Modelo de Consumo



Fonte: Adaptado de Soares (2009)

Embora a agricultura familiar possa melhorar a qualidade de vida de forma significativa, o fator Alimento Não Monetizado gera uma valoração da renda familiar mascarada. Nos casos em que a agricultura é direcionada para o auto-consumo, não gerando fontes de renda, ou gerando fontes de renda limitadas, têm-se a sensação de que essa cultura posiciona a família fora da faixa de pobreza; porém, essa cultura não consegue gerar recursos para suprir outros itens básicos do dia a dia, como educação, moradia, saúde, segurança e lazer.

Existem variantes em técnicas de definição da faixa de pobreza que envolvem elementos inerentes ao indivíduo e sua família, dificultando o cálculo exato do valor calórico necessário para manter um indivíduo ou uma família; por exemplo:

- *Atividades praticadas durante o dia*: trabalhadores braçais gastam em média 450 a 500 calorias por hora, como um carpinteiro ou um estivador; já pessoas que desenvolvem atividades internas e estáticas, como um escriturário, gasta em torno de 150 calorias por hora no desempenho de suas atividades; pessoas habituês em práticas esportivas consomem muito mais calorias do que pessoas sedentárias.
- *Número de dependentes*²: quando apenas um dos membros de uma família provê suas necessidades econômicas, quanto maior o número de

² Cônjuges ou companheiros; filhos ou enteados; Irmãos, Netos e Bisnetos; Pais, Avós e Bisavós; Menor pobre; Tutelado ou Curatelado. Todos os elementos apontados são estipulados segundo normatização da Receita Federal (2020).

dependentes menor a quantidade de calorias disponíveis para cada membro.

- *Condições físicas:* outras variáveis como metabolismo, massa corpórea, sexo e faixa etária influenciam no consumo diário de calorias.

É necessário também compreender o custo de vida diferenciado nas diversas regiões geopolíticas do Brasil. Uma cesta básica composta exatamente pelo mesmo conjunto de itens pode apresentar custos díspares em diferentes regiões, como o Estado de São Paulo e o Estado de Sergipe.

Da mesma forma que é preciso entender o valor do salário médio pago em cada um dos estados e a proporção Salário Médio/Custo Cesta Básica.

Tabela 2 – Custo da Cesta Básica por Capital - Dezembro de 2020

Cidade	Cesta Básica (Valor em Reais)	Porcentagem Líquida Salário Mínimo	Horas trabalhadas
São Paulo	R\$ 631,46	65,33%	132h 56m
Rio de Janeiro	R\$ 621,09	64,25%	130h 46m
Porto Alegre	R\$ 615,66	63,69%	129h 37m
Brasília	R\$ 591,82	61,23%	124h 35m
Belo Horizonte	R\$ 568,53	58,82%	119h 41m
João Pessoa	R\$ 475,19	49,16%	100h 02m
Recife	R\$ 469,39	48,56%	98h 49m
Natal	R\$ 458,79	47,46%	96h 35m
Aracaju	R\$ 453,16	46,88%	95h 24m

Fonte: DIEESE B (2020)

Os valores obtidos são baseados na tabela de composição da Cesta Básica, Tabela 3.a, como aplicada pelo DIEESE, segundo o decreto 399 de 1938, o qual continua em vigor. Os dados dessa tabela são divididos por regiões atualizadas, como pode ser observado na Tabela 3.b.

Tabela 3.a – Composição da Cesta Básica por Regiões

Produtos	Região 1	Região 2	Região 3
	Consumo por região		
Carne	6.0 kg	4.5 kg	6.6 kg
Leite	7 lts	60 lts	7.5 lts
Feijão	4.5 kg	4.5 kg	4.5 kg
Arroz	3 kg	3.6 kg	3 kg
Farinha	1.5 kg	3.6 kg	1.5 kg
Batata	6.0 kg	-	6.0 kg
Tomate	9 kg	12 kg	9 kg
Pão Francês	6 kg	6 kg	6 kg
Pó de Café	600 gr	300 gr	600 gr
Frutas	90 un	90 un	90 un
Açúcar	3.0 kg	3.0 kg	3.0 kg
Banha/Óleo	750 gr	750 gr	1.5 kg
Manteiga	750 gr	750 gr	750 gr

Fonte: Binkoski (2020)

Outros métodos complementares à Metodologia Objetiva são o Método de Engel ou o Método de Rothbarth; porém, esses métodos não são abordados nesse livro porque não são aplicados em políticas nacionais de combate à pobreza.

Tabela 3.b – Divisão das Regiões da Cesta Básica

Região	Estados
Região 1	São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal
Região 2	Pernambuco, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Amazonas, Pará, Piauí, Tocantins, Acre, Paraíba, Rondônia, Amapá, Roraima e Maranhão
Região 3	Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

Fonte: Binkoski (2020)

Metodologias Multidimensionais – Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)

O principal objetivo do IVS é identificar e apontar as possíveis condições que podem levar um cidadão e seu ecossistema a viver em condição de vulnerabilidade socioeconômica. Três diferentes dimensões são aplicadas para identificar o status socioeconômico de um cidadão ou uma comunidade:

- Infraestrutura urbana;
- Capital humano;
- Renda e trabalho.

A definição de vulnerabilidade social em que este IVS se ancora diz respeito, precisamente, ao acesso, à ausência ou à insuficiência de tais ativos, constituindo-se, assim, num instrumento de identificação das falhas de oferta de bens e serviços públicos no território nacional. Nesta medida, este índice foi pensado para dialogar com o desenho da política social brasileira, uma vez que atesta a ausência ou insuficiência de “ativos” que, pela própria Constituição Federal de 1988 (CF/1988),² deveriam ser providos aos cidadãos pelo Estado, nas suas diversas instâncias administrativas. (Costa, 2015, p. 13)

O conceito de Vulnerabilidade Social vem sendo amplamente aplicado com o objetivo estrito de ampliação de conhecimento e compreensão das condições humanas tradicionalmente traduzidas como pobreza, almejando assim apresentar uma perspectiva ampla e complementar ao invés de apresentar uma definição de pobreza pela renda familiar vagamente elaborada ou ainda simplesmente pelo consumo calórico dos membros dessa família, como trabalhado ainda hoje por países como o Brasil e outros países sul-americanos.

As três dimensões trabalhadas por Costa tratam ainda de diferentes indicadores, como é possível observar na Tabela 4 – Indicadores para Formação do IVS.

Tabela 4 – Indicadores para formação do IVS

Dimensões e Indicadores da IVS	
Infraestrutura Urbana	Domicílio com abastecimento de água encanada e coleta de esgoto
	Domicílio sem oferta de serviço de coleta de lixo
	Renda <i>per capita</i> familiar menor que meio salário mínimo
Capital Humano	Mortalidade no primeiro ano de vida
	Percentual de crianças sem acesso à educação
	Percentual de mães em fase adolescente
	Percentual de mães chefe de família com ensino fundamental incompleto e com filhos acima de 15 anos
	Taxa de analfabetismo na população acima de 15 anos
	Percentual de crianças que vivem em lares onde nenhum dos familiares possuem ensino fundamental completo
	Percentual de pessoas entre 15 e 24 anos que não estudam ou trabalham e que residem em domicílio com renda <i>per capita</i> inferior a meio salário-mínimo.
Renda e Trabalho	Número de pessoas em domicílio com renda <i>per capita</i> inferior a meio salário mínimo.
	Taxa de desocupação de pessoas acima de 18 anos de idade.
	Percentual de pessoas acima de 18 anos de idade, sem ensino fundamental completo e em ocupação informal.
	Taxa de pessoas com renda <i>per capita</i> inferior a meio salário-mínimo e dependente de idosos.
	Taxa de pessoas de 10 a 14 anos em alguma ocupação (formal ou informal)

Fonte: Adaptado de Costa (2015)

A noção de vulnerabilidade socioeconômica em um âmbito multidimensional, deve ser contextualizada em um escopo político, considerando que ela introduz novas variáveis às políticas de combate à pobreza e ao desenvolvimento social dos cidadãos. Embora seja senso comum o pensamento de que a responsabilidade por suprir as dimensões abordadas seja do Estado, é necessário compreender que essa é uma responsabilidade que hoje recai sobre os três setores da sociedade civil, não sendo exclusividade de órgãos governamentais, que muitas vezes se demonstram ineficazes ou ausentes.

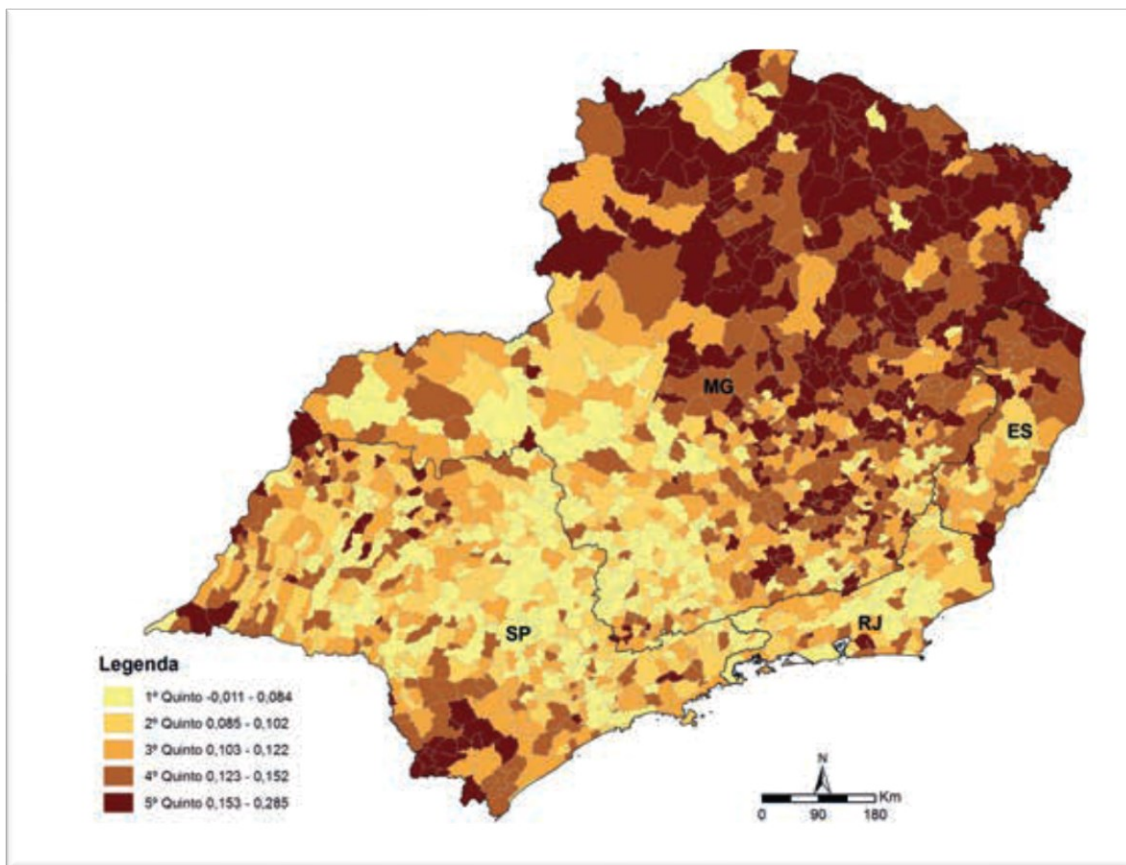
Informações do Atlas de Vulnerabilidade Social dos Municípios

Apesar da completude do trabalho de Costa (2015), seu Atlas contempla o escopo municipal, ou seja, uma granularidade de dados ainda alta, pois quando consideramos municípios de médio e grande porte, não podemos observar o município de forma isolada. É importante voltar a atenção para comunidades locais, seja em nível de bairro ou distritos, ou até mesmo regiões menores que um bairro, mas que se apresentam como uma ilha em condição de vulnerabilidade socioeconômica.

Na figura 3 é demonstrado um exemplo de apresentação de dados em gráficos, pelo Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios. É perceptível que a granularidade apresentada é muito útil quando se trata de macrorregiões, para se trabalhar em esfera estadual ou por consórcios municipais. Porém, fica claro que não há como analisar os dados em uma instância micro. É importante

destacar que uma análise detalhada das tabelas resultantes do Censo Demográfico permite se trabalhar com granularidade fina dos dados.

Figura 3 – Apresentação e classificação de IVS por município Região Sudeste



Fonte: Costa (2015)

Um dos problemas do método apontado por Costa está justamente na granularidade das informações apresentadas. Para que um gestor municipal ou estadual possa fazer uma leitura mais detalhada dos dados do Censo Demográfico e apresente indicadores de vulnerabilidade em granularidade mais fina, como regiões de um município, um bairro ou até mesmo um quarteirão, é preciso, com o uso do Banco de Dados do Censo Demográfico do Censo e de outras bases de dados governamentais, e ferramentas gerenciadoras de banco de dados relacional, extrair essas informações mais detalhadas.

O objetivo de identificadores socioeconômicos como o IVS é fomentar o desenvolvimento de projetos governamentais que busquem, senão mitigar, ao menos amenizar o quantitativo de cidadãos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, destacando projetos de Inovação Social, os quais podem ser aplicados não somente às questões econômicas de uma sociedade, mas a todas as dimensões que possam implicar no bem-estar dos membros de uma comunidade.

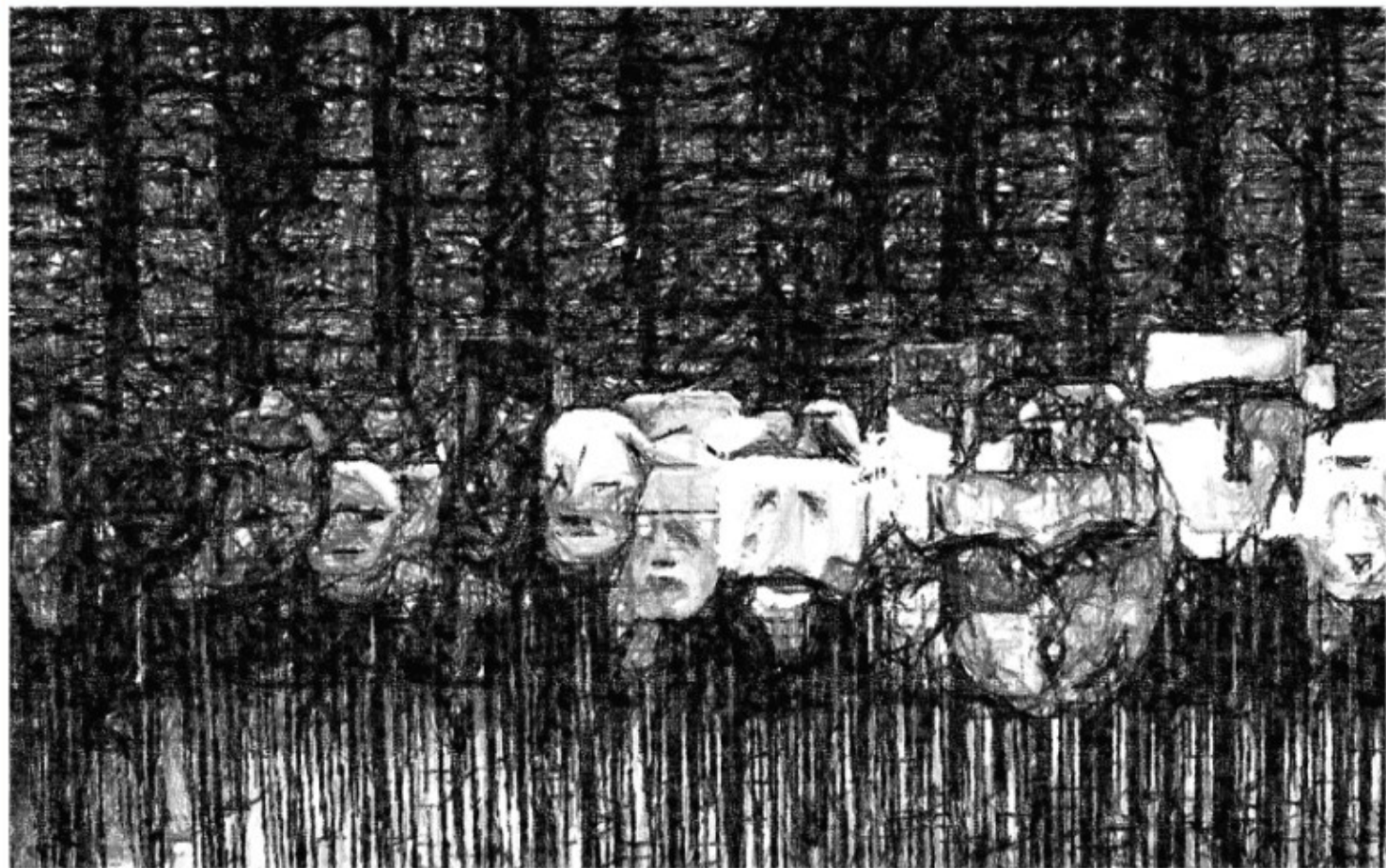
Ainda, dentro do contexto de Inovação Social, se espera que projetos de Empreendedorismo Social possam ser criados, observando-se as características diversas de uma comunidade ou região de um município, tanto em nível de infraestrutura urbana ou rural. No desenvolvimento do Empreendedorismo Social, é importante observar a capacidade de aquisição de matéria prima adequada (natural ou manufaturada), infraestrutura básica quando necessário

(água potável, coleta de esgoto, energia elétrica) e logística, bem como a possibilidade de capacitação de profissionais antes de iniciar os empreendimentos.

Entender quem são e onde estão seus cidadãos em situação de vulnerabilidade socioeconômica é uma obrigação não só política, mas também moral, por parte dos governantes, em todas as esferas governamentais.

Cabe aos governantes entenderem a necessidade de aplicar uma metodologia de avaliação de pobreza não só moderna, adequada à contemporaneidade da sociedade, mas principalmente justa.

Parte 2 – Conceitos de Inovação Do “Canon” à Inovação Social



inova^{cps}

A Inovação Social está fundada nos conceitos das teorias sociais como precondição para a criação de uma teoria integrada sócio-tecnológica, na qual a Inovação Social é mais que um mero resultado ou efeito colateral da inovação por si só. Ainda, uma inovação só atinge a condição de Inovação Social quando é amplamente aceita e difundida pela sociedade ou por um estrato específico dessa sociedade.



inovaCPS

Parte 2 – Conceitos de Inovação

Do “Canon” à Inovação Social

Os conceitos canônicos de Inovação, tratados em nível mundial, convergem quando se trata o escopo de inovação em nível econômico, estabelecidos em tratados e leis que emergiram da preocupação de nações diversas com a evolução tecnológica enquanto elemento de sustentação econômica dessas nações.

Dois importantes documentos que estabelecem os conceitos primordiais de Inovação nesse contexto são o Manual de Frascati e o Manual de Oslo. Regimentos importantes, como a Lei Federal Brasileira ou a Lei Paulista de Inovação tomaram como norte, em sua criação, esses documentos.

Segundo a Lei Federal Brasileira de Inovação, Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, alterada pela Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, Artigo 2º, Inciso IV, a definição de Inovação é:

“... a introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho”.

A Lei Federal de Inovação está fundamentada sobre pilares que vão além do valor meramente econômico da Inovação em si. Porém, a preocupação em nível social está estabelecida somente em seu artigo 1º, Inciso III, o qual aponta como um dos objetivos da Lei Federal de Inovação a promoção da “redução das desigualdades regionais”. Apesar disso, os demais incisos identificam objetivos especificamente econômicos e científicos, como frisado a seguir:

- Inciso I – *Ciência*: “promoção das atividades científicas e tecnológicas como estratégias para o desenvolvimento econômico e social”;
- Inciso II – *Ciência*: “promoção e continuidade dos processos de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, assegurados os recursos humanos, econômicos e financeiros para tal finalidade”;
- Inciso III – **Sociedade**: “redução das desigualdades regionais”;
- Inciso IV – *Ciência*: “descentralização das atividades de ciência, tecnologia e inovação em cada esfera de governo, com desconcentração em cada ente federado”;
- Inciso V – *Mercado*: “promoção da cooperação e interação entre os entes públicos, entre os setores público e privado e entre empresas”;
- Inciso VI – *Ciência*: estímulo à atividade de inovação nas Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação (ICTs) e nas empresas, inclusive para a atração, a constituição e a instalação de centros de pesquisa,

desenvolvimento e inovação e de parques e polos tecnológicos no País;

- Inciso VII – *Mercado*: “promoção da competitividade empresarial nos mercados nacional e internacional”;
- Inciso VIII – *Ciência e Mercado*: “incentivo à constituição de ambientes favoráveis à inovação e às atividades de transferência de tecnologia”;
- Inciso IX – *Ciência*: “promoção e continuidade dos processos de formação e capacitação científica e tecnológica”;
- Inciso X – *Ciência*: “fortalecimento das capacidades operacional, científica, tecnológica e administrativa das ICTs”;
- Inciso XI – *Mercado*: “atratividade dos instrumentos de fomento e de crédito, bem como sua permanente atualização e aperfeiçoamento”;
- Inciso XII – *Ciência*: “simplificação de procedimentos para gestão de projetos de ciência, tecnologia e inovação e adoção de controle por resultados em sua avaliação”;
- Inciso XIII – *Mercado*: “utilização do poder de compra do Estado para fomento à inovação”;
- Inciso XIV – *Ciência e Mercado*: “apoio, incentivo e integração dos inventores independentes às atividades das ICTs e ao sistema produtivo”.

O Manual de Oslo (2005), em sua Terceira Edição, define Inovação como sendo a recriação de modelos de negócio e a busca por novos mercados, indo ao encontro de necessidades ou desejos não atendidos.

O Manual de Oslo estabelece claramente seus objetivos ao focar necessariamente no desenvolvimento econômico, orientando e padronizando os conceitos, as metodologias e os métodos estatísticos aplicados aos índices de Pesquisa e Desenvolvimento dos países industrializados da Europa.

Muitas das Leis de Inovação dos países da América Latina estão fundamentadas sobre os conceitos apresentados no Manual de Oslo, inclusive a brasileira. A primeira tradução deste documento para o Brasil foi feita em 2004, pela FINEP³, no mesmo ano em que foi promulgada a primeira versão da Lei Federal de Inovação.

O Manual de Frascati (2013), documento que também motivou a elaboração do Manual de Oslo, trata Inovação exclusivamente pela questão da aplicação de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) nos diversos ambientes de uma corporação, independentemente de sua natureza. Tal manual “expõem recomendações e princípios aplicáveis à coleta e à interpretação dos dados relativos a um projeto de P&D”.

³ FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos – é uma agência pública que financia a inovação, desde a pesquisa básica até a preparação do produto para o mercado.

Para que possamos compreender Inovação como tal, um processo ou um produto deve apresentar duas características: a primeira é novidade, ou seja, o processo ou produto não precisa ser original, porém, deve apresentar alguma novidade em relação aos elementos já existentes no mercado; a segunda é melhoria, ou seja, para apresentar inovação, um processo ou produto deve apresentar melhor eficiência e/ou eficácia do que as alternativas de mercado.

Seguindo essa linha de pensamento, é possível apontar que uma Inovação só é reconhecida como tal ao apresentar alguma novidade e, principalmente, agregando valor⁴ ao seu público-alvo.

Apesar das definições canônicas apresentadas, existem duas correntes de pensamento sobre o que vem a ser Inovação.

A primeira corrente explora o processo social e organizacional que produz inovação, como por exemplo a criatividade dos indivíduos, estrutura organizacional e social, contexto ambiental e fatores socioeconômicos; já a segunda corrente aborda a inovação como um resultado que manifesta a si mesma em novos métodos de produção ou em novos produtos, preocupando-se claramente com as consequências econômicas da inovação.

⁴ Um Valor Agregado é uma característica de um produto ou serviço que resolve alguma Dor (problema, necessidade, desejo) do seu público-alvo.

É claramente perceptível que em momento algum, nas definições canônicas de Inovação supracitadas, fala-se em Inovação Social ou Inovação pela Inclusão Social. Trata-se a sociedade meramente pelo quesito economia, ignorando o elemento cidadania em seus mais diversos aspectos (emprego, moradia, educação, saúde, segurança, lazer etc.).

Inovação Social

Phills et. Al. (2008)., em seu artigo *Rediscovering Social Innovation*, define que a Inovação Social vai muito além da mera inovação de um produto ou processo, com cunho econômico ou científico. Para os autores, a Inovação Social é o processo de se criar e, principalmente, oferecer estrutura e capacidade para manter novas soluções para os problemas ou necessidades sociais.

Para o desenvolvimento de Inovação Social, é fundamental o foco no diálogo entre os três setores da sociedade para que se chegue a um senso comum e sejam quebradas barreiras existentes entre esses setores.

Embora seja perceptível que a Inovação Social pode conduzir à mudança social, a forma como esses dois elementos se inter-relacionam não está ainda claramente definida, ou seja, não existe uma regra clara que estabeleça essa associação.

O movimento de Inovação Social aplicado em uma comunidade (independentemente de sua natureza ou escopo), deve gerar mudança social

sistêmica, escalável, replicável e sustentável. A Inovação Social não deve seguir o pensamento disruptivo no seu sentido mais implícito, comercial, onde a Inovação gera uma mudança comportamental em nível mercadológico. Diferentemente, a Inovação Social deve ser catalítica em termos de reação da sociedade perante as necessidades, notórias ou não, de comunidades e cidadãos em situação de vulnerabilidade social.

O foco no pensamento sustentável é primordial para que haja sucesso no fazer em prol da Inovação Social. A ideia do coletivo em detrimento do indivíduo faz-se necessária já na concepção de um projeto social.

Segundo o documento da ONU (2013) **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, o desenvolvimento sustentável possui 17 objetivos a saber:

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos
7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos
8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos
9. Construir infraestruturas robustas, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resistentes e sustentáveis
12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (*)
14. Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis
17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

O principal objetivo da Inovação Social é o desenvolvimento de soluções eficientes e eficazes que possam ser aplicadas de modo sustentável, gerando valor agregado para a sociedade, buscando resolver problemas de cunho social (econômico, ambiental, educacional, de saúde etc.).

Um projeto de Inovação Social pode ter como público-alvo o todo, o coletivo, ou um conjunto específico de cidadãos, como uma comunidade, um bairro ou uma cidade. Em ambos os casos, a Inovação Social tem como objetivo único fomentar a Inclusão Social das pessoas que compõem essa universalidade de cidadãos.

Além disso, projetos de Inovação Social podem atender nichos específicos da sociedade como um todo, como por exemplo, pessoas portadoras de necessidades especiais ou minorias sociais.

A Inovação Social está intimamente relacionada com a forma como a sociedade busca solucionar seus problemas. A Inovação Social relaciona-se com a mudança de comportamento dos membros dessa sociedade mais do que com o quesito Inovação Tecnológica. A Inovação Social está fundada nos conceitos das teorias sociais, como precondição para a criação de uma teoria integrada

sócio tecnológica, na qual a Inovação Social é mais que um mero resultado ou efeito colateral da inovação por si só. Ainda, uma inovação só atinge a condição de Inovação Social quando é amplamente aceita e difundida pela sociedade ou por um estrato específico dessa sociedade.

Um questionamento importante a se fazer durante o desenvolvimento e implantação de um projeto de Inovação Social é: como manter o equilíbrio entre os diversos elementos que compõem todo esse ecossistema? A mudança do paradigma de pensamento egocêntrico, no qual o homem coloca-se no topo da pirâmide social, invalida os paradigmas da Inovação Social.

A Inovação Social baseia-se nas três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental.

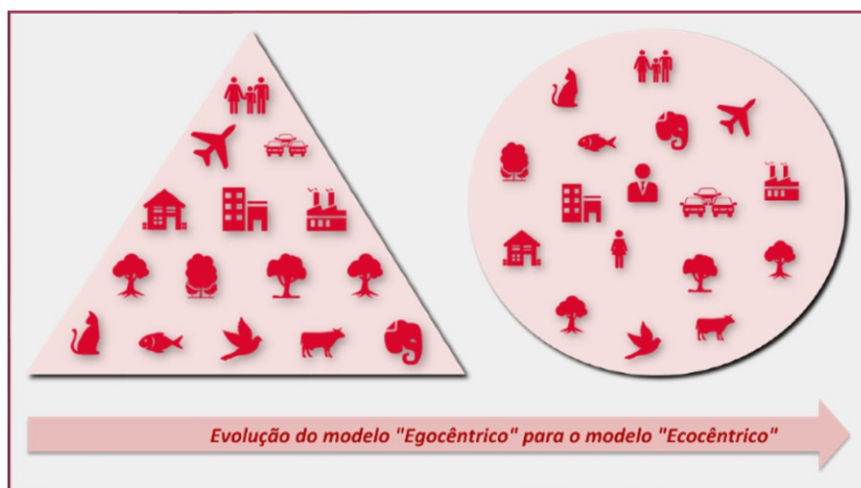
Chegou a hora de começarmos a buscar uma nova mentalidade **Ecocêntrica** (figura 4), onde damos foco ao coletivo e suas necessidades. E para tal, devemos mais uma vez questionar: “Qual é a dor a ser resolvida e como ela interfere nas esferas pessoal, de relações, da comunidade e social?”.

Além disso, temos que entender o nosso habitat como parte de um ecossistema mais amplo, envolvendo a sociedade, seus setores produtivos e o meio ambiente.

Um importante documento que apoia os conceitos de Inovação Social é o Relatório da 68ª Sessão da Assembleia Geral da ONU (2013), o qual apresenta

a pedra fundamental para o lançamento da Agenda 2030, importante proposta da ONU para permitir que, até 2030, a maioria absoluta das comunidades em condição de vulnerabilidade social ascendam, tanto econômica quanto socialmente.

Figura 4 – Mudança do Pensamento Egocêntrico para o Ecocêntrico



Fonte: Murray (2010)

É possível identificarmos cinco dimensões pelas quais se define a Inovação Social: natureza da inovação, os estímulos da inovação, os recursos e dinâmicas da inovação, os agentes de inovação e os meios inovadores (ou criativos) (figura 5).

Figura 5 – Dimensões da Inovação Social



Fonte: (André, 2006)

Na Europa, os meados dos anos 2000 foram o período em que as grandes ações deixam de focar puramente no conceito de inovação enquanto inovação tecnológica e começam também a focar em conceitos e ações de Inovação Social, independentemente da natureza dessas ações. Infelizmente, as principais iniciativas com foco em Inovação Social decorrem de ações de órgãos não governamentais. O principal significado disso é que a Inclusão Social decorrente da Inovação Social não recebe ainda a devida atenção dos primeiro e segundo setores da sociedade civil.

As ações contemporâneas deixam de focar na inovação tecnológica como fim e passam a enxergá-la também como meio, atribuindo à Inovação Social caráter não comercial, coletivo, visando a transformação das relações sociais.

A Inovação Social, de alguma forma, deve gerar uma nova ordem em nível de pensamento social, quebrando paradigmas e tabus e rompendo com ações que remetam aos processos tradicionais.

A Inovação Social apresenta-se como uma manifestação do sujeito – supõe uma atitude crítica e o desejo de mudar (ação deliberada, intencional e voluntária) assumido, frequentemente num primeiro tempo, apenas por uma minoria vanguardista. (André, 2006, p.125)

A Inovação Social, quando adequadamente aplicada, pode oferecer:

- a. satisfação de necessidades básicas não atendidas pelo mercado ou pelos governos;
- b. promoção da inclusão social;
- c. empoderamento de grupos sociais em estado de vulnerabilidade social melhorando condições de moradia, trabalho, economia etc.

Diferentemente da Inovação com foco em viés econômico, o grande motivador dos projetos de Inovação Social não são a concorrência comercial ou a necessidade pela busca de novos mercados, mas sim, a necessidade de

superação de adversidades e riscos para as comunidades ou grupos sociais em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A Inovação Social só se faz possível quando surgem formas inovadoras de se identificar as necessidades da comunidade, de cooperação e de democratização da gestão pública, tanto no ecossistema que compõe o público-alvo quanto no ambiente gestor.

Quando o foco de desenvolvimento do projeto é direcionado para os recursos necessários para o desenvolvimento de Inovação Social, os requisitos são similares aos requisitos de um projeto de desenvolvimento de inovação tecnológica, em se tratando de conhecimento e outros saberes em geral.

O empirismo no desenvolvimento de projetos de Inovação Social demonstra a presença de agentes de inovação qualificados, os quais podem auxiliar o projeto em desenvolvimento a atingir um nível ideal de avanço.

A prosperidade atingida por determinadas regiões tem maior relação com o capital social envolvido do que com o capital econômico ou humano. O conceito de capital social engloba os relacionamentos internos de uma sociedade, ou seja, os relacionamentos entre os membros de uma comunidade ou região, bem como, engloba os relacionamentos externos, ou seja, o relacionamento entre comunidades distintas.

O conceito de Capital das Relações, ou Capital Relacional, o qual está associado à espacialidade das relações, sendo essas endógenas ou exógenas, pode ser tratado em dois níveis distintos:

- Capital Relacional Local/Regional, que deriva da proximidade espacial entre seus sujeitos, baseando-se estritamente em laços de confiança e cooperação interpessoais onde as identidades socioeconômica e cultural são pilares desse processo;
- Capital Relacional Transnacional, que deriva de um relacionamento que ocorre em nível global, baseando-se mais em questões culturais e ideológicas.

Nos casos em que a eficácia do produto ou do processo no combate à exclusão social é institucionalmente reconhecida, a inovação social é absorvida pelas instituições, o que, mais cedo ou mais tarde, lhe retira a feição inovadora, passando a fazer parte das rotinas. Porém, as inovações sociais com maior impacto na transformação das relações de poder raramente são absorvidas. A maioria destas inovações é resistente à neutralização. Neste caso, várias coisas podem acontecer: o abandono da ideia ou da prática, a sua repressão ou, na melhor das hipóteses, a possibilidade de originar outra onda de inovação. Muito raramente e em casos extremos, a inovação origina uma revolução. (André, 2006, p. 129).

Ainda, quanto à natureza dos recursos aplicados para a geração de Inovação Social, Isabel André aponta as frequentes objeções quanto aos programas de Inovação Social que não se autossustentam ou que demoram para atingir um nível tal de sustentabilidade que possam ser considerados autônomos. Da mesma forma que não existe uma definição única do que seja Inovação Social, não existe ainda um consenso sobre seus objetivos.

Viés Econômico: Empreendedorismo Social, Inclusão Econômica e Sustentabilidade

O Empreendedorismo Social é uma importante ferramenta de apoio à implantação da Inovação Social. É comum as pessoas não iniciadas no assunto confundir o conceito de Empreendedorismo Social com o conceito da própria Inovação Social.

O significado do termo Empreendedor vem do idioma francês e significa realizador, aquele que realiza uma atividade ou um projeto importante. Este termo surgiu, em meados do século XVII, para referenciar qualquer pessoa que abria um novo negócio capaz de estimular o progresso econômico, de uma forma inovadora e mais eficaz do que já vinha sendo feito anteriormente.

O significado original sofreu poucas alterações durante os anos porvir, nos quais foram reforçados os elementos vinculados à inovação econômica, alterações e oportunidades de mercado. O clássico autor da área de economia, Peter Druker,

redefine o termo empreendedor e aponta que empreendedores não devem focar exclusivamente em inovação e no seu modo de fazer, mas em aproveitar as mudanças de mercado para então identificar o momento correto de empreender e provocar esse mercado viciado com suas inovações.

No Empreendedorismo Social o foco no social é explícito, é central, e deve influenciar diretamente a forma como os empreendedores sociais identificam, observam e avaliam as oportunidades. No Empreendedorismo Social, não se deve ter como critério único o mercado, mas também o impacto social gerado pela comunidade empreendedora.

Empreendedores sociais têm como missão agir em comunidades em estado de vulnerabilidade socioeconômica criando e mantendo valores tanto para o ecossistema empreendedor como para seus possíveis parceiros. Isso é possível pela identificação de novas oportunidades, engajando-se em um ciclo de inovação, adaptação e aprendizagem.

Empreendedorismo Social estabelece projetos ou ações com iniciativas inovadoras, de cunho social e sustentável, mantidos por organizações sem fins lucrativos ou em parcerias com corporações, além de órgãos governamentais; em resumo, projetos de Empreendedorismo Social devem, sempre que possível, envolver os três setores da sociedade civil.

Um perigo atrelado ao Empreendedorismo Social está na falsa ilusão de que a Inclusão Econômica leva ao processo de Inclusão Social. A Inclusão Econômica

é o fenômeno que leva uma classe social ou uma comunidade a ascender economicamente em uma sociedade. Essa ascensão, muitas vezes, gera a ilusão de segurança financeira, possibilitando que os cidadãos acabem por investir desnecessariamente ou de forma irresponsável, não tendo condições de manter seus compromissos e voltando ao estado de vulnerabilidade financeira.

O grande dilema na Inclusão Econômica está na visão que o primeiro e segundo setores têm dos incluídos, ou seja, mais uma oportunidade de um novo segmento de mercado para obtenção de lucros.

Um exemplo desse tipo de ação é protagonizado uma grande empresa de refrigerantes que lançou, na Índia, uma embalagem especial que permitia que uma unidade de seu principal produto fosse distribuída por uma soma monetária equivalente a uma moeda de alta circulação, equivalente a algo próximo de 25 rúpias indianas. Isso fez com que muitas pessoas em situação de vulnerabilidade, deixassem de adquirir produtos de primeira necessidade e investisse, mesmo que fosse sua última moeda, no refrigerante, no caso um sinal de status social considerando a grande quantidade de cidadãos em estado de vulnerabilidade social. O governo indiano identificou, em Nova Delhi, milhares de cidadãos em situação de vulnerabilidade socioeconômica grave que deixavam de se alimentar em troca da possibilidade de consumir o refrigerante em questão.

Um exemplo vivido em nossa sociedade foi a massificação da ideia, em um período recente de nossa história, de que o cidadão que se encontrava em

estado de vulnerabilidade social havia ascendido de tal forma naquele momento econômico que poderia investir em uma viagem aérea, na troca de seu veículo ou em outros elementos ditos supérfluos.

É preciso deixar claro que a ascensão econômica não é nociva, mas o são as ações que muitas vezes, tanto o primeiro quanto o segundo setor, executam buscando benefícios próprios gerados por essa ascensão.

Existe hoje uma demanda por bom senso e responsabilidade social para que as economias e os recursos econômicos/financeiros por parte tanto dos membros da sociedade civil quanto dos membros dos primeiro e segundo setores sejam geridas de forma sustentável, evitando desperdícios que impossibilitam o desenvolvimento sustentável.

Essa quebra da capacidade do desenvolvimento sustentável é denominada *desperdício da capacidade de trabalho*, o qual envolve não apenas um problema de distribuição de renda, mas de não inclusão de mão de obra produtiva em métodos formais de atividades econômicas.

Além disso, essa ingerência pode gerar o desperdício de recursos financeiros, descapitalizando empresas, comunidades e famílias, gerando lucros para intermediários financeiros de naturezas diversas; ainda, a má gestão pública faz com que verbas que poderiam ser aplicadas na criação de novas vagas escoam de forma nociva.

Além do desperdício econômico e da força de trabalho, é importante também evitar o desperdício dos conhecimentos tecnológicos considerando que o uso abusivo de proteções de propriedades intelectuais por meio de registros de patentes e direitos autorais permitem que tecnologias que poderiam promover a Inovação Social e, por consequência, a Inclusão Social, fiquem restritas às mãos de seus detentores ou sejam disponibilizadas por meio da geração altos custos para a sociedade civil.

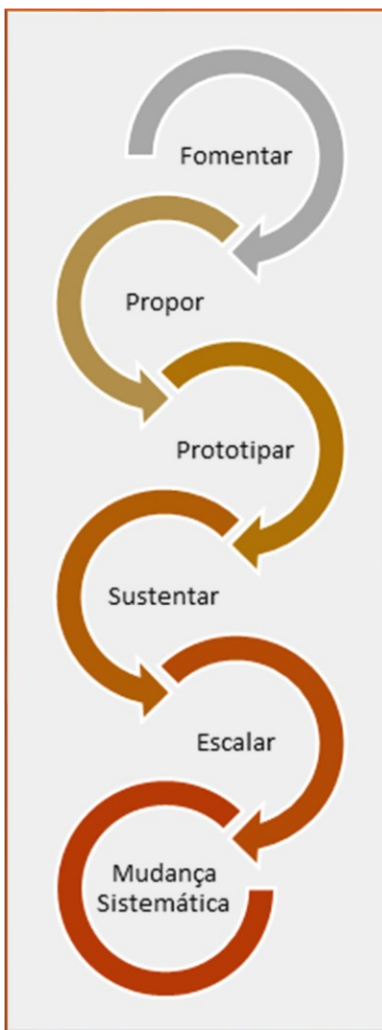
O Ciclo da Inovação Social

O desenvolvimento de ações inovadoras em nível social depende de todos os setores da sociedade, desde o fomento até a concretização da mudança social provocada pela Inovação Social proposta. A Inovação Social, em geral, segue um ciclo sistêmico de evolução (figura 6), cabendo aos agentes de inovação aplicar as ferramentas adequadas ao projeto de inovação, em cada etapa do ciclo.

O ciclo de Inovação Social em uma comunidade é composto de duas etapas, **Composição e Consolidação**, subdivididas em três fases cada.

A etapa de **Composição** é responsável pelo processo de construção do projeto de Inovação Social, desde sua concepção até sua prototipação, independentemente da natureza do projeto.

Figura 6: Ciclo de vida de um projeto de Inovação Social



Fonte: Adaptado de (Murray, 2010; Domanski, 2018)

A etapa de **Consolidação** envolve o processo de solidificação do projeto proposto perante a comunidade sobre a qual está sendo implantado. A mudança de comportamento necessária para que um projeto de Inovação Social se consolide talvez seja uma das maiores barreiras para o sucesso de um projeto. A mudança de comportamento implica na aceitação por todos os setores da sociedade das transformações socioeconômicas que podem ocorrer por consequência de um projeto de Inovação Social. A não aceitação com certeza levará o projeto ao insucesso (figura 7).

Composição/Fomentar: o fomento a um projeto de Inovação Social não implica necessária e tão somente na questão do fomento financeiro. Na verdade, o fomento está muito mais direcionado à questão da motivação ao desenvolvimento de um projeto de Inovação Social do que ao apoio financeiro. A carência por um projeto de Inovação Social, em geral, é motivada pela alta taxa de desigualdade social e por sérios problemas na administração pública, como ineficiência, aplicação indevida do dinheiro público, lesa ao erário etc. A fase de fomento envolve também as atividades de levantamento e diagnóstico das dores da comunidade ou sociedade à qual a proposta de Inovação Social busca atender.

Figura 7 – Etapas de um Projeto de Inovação Social



Fonte: Adaptado de (Murray, 2010; Domanski, 2018)

Composição/Propor: a fase de proposição envolve atividades de ideação e análise de propostas. A ideação consiste na geração de inúmeras ideias enquanto solução para as principais questões identificadas na fase de fomento. A análise de propostas envolve a identificação das melhores ideias gerada durante a fase de ideação, na qual é possível aplicar ferramentas como *Brainstorming*, Associação de Ideias, SCAMPER, e Mapas Mentais.

Composição/Prototipação: a fase de prototipação é caracterizada pelo início de desenvolvimento e teste de soluções que atendam as ideias geradas durante a fase de proposição. A atividade de construção e desconstrução das propostas é extremamente importante pois é por meio dela que se torna possível validar as ideias testadas. A fase de prototipação pode ser caracterizada pela formação de conhecimento empírico, ou seja, seus resultados positivos podem ser obtidos por meio de criação e validação por tentativa e erro.

As fases de Levantamento e Análise, Proposição e Prototipação podem ser tratadas de forma iterativa, ou seja, repetitiva. No desenvolvimento iterativo de um produto, as tarefas inerentes às atividades podem ser repetidas até que o produto em desenvolvimento atinja o *status* necessário para atender às demandas elicitadas.

Essas três primeiras fases formam a etapa de **Composição** da proposta de Inovação Social. Porém, uma das maiores falhas nesta categoria de projeto está justamente em desenvolver a proposta e não garantir que ela se torne sustentável perante a sociedade. A segunda etapa é a etapa de **Consolidação** do projeto.

Consolidação/Sustentação: a fase de sustentação envolve a prática, no dia a dia, das propostas do projeto de Inovação Social, incluindo possíveis refinamentos dessas ideias. Além disso, é responsabilidade dos

idealizadores do projeto, e da comunidade beneficiada, identificar possibilidades de financiamento do projeto, tornando-o sustentável.

Consolidação/Escalabilidade: a fase de escalabilidade envolve a replicação do projeto em outras comunidades (independentemente de seu nível ou natureza), após a validação da proposta na comunidade de origem. Porém, diferentemente do pensamento de escalabilidade de produtos, um projeto de Inovação Social pode sim ser escalável, porém, para tal, ele deve ser capaz de ser adaptável às necessidades e realidades das comunidades nas quais será aplicado.

Consolidação/Mudança Sistêmica: a última fase de um projeto de Inovação Social é a mudança sistêmica provocada pela implantação do projeto em uma comunidade. A mudança gerada por um projeto de Inovação Social deve provocar mudanças significativas não só em nível econômico, mas principalmente em nível comportamental.

Um projeto de Inovação Social tem como função quebrar barreiras e a hostilidade imposta por um pensamento da velha ordem. Para que estas barreiras sejam quebradas tornando a Inovação Social sócio e economicamente viável, novas condições devem ser criadas. Muitas vezes essas condições podem incluir a implantação de novas tecnologias, cadeias de produção, modelos institucionais, capacitação em novas técnicas, reformas tributárias etc. A mudança sistêmica, em geral, deve ocorrer nos três setores da sociedade.

A Estrutura necessária para a Inovação Social

Uma grande dificuldade em se pensar Inovação enquanto conceito é trabalhar seu desenvolvimento isoladamente. Em geral, o desenvolvimento de uma Inovação envolve o desenvolvimento da ideia, o pensamento crítico, o desenvolvimento técnico especializado, sua prototipação, sua validação e o futuro lançamento dela perante o mercado ao qual a Inovação é destinada.

Nesse contexto, tem papel fundamental os órgãos denominados Centros de Inovação. A meta de um Centro de Inovação é fomentar o desenvolvimento de projetos inovadores e do empreendedorismo na região em que o Centro é implementado.

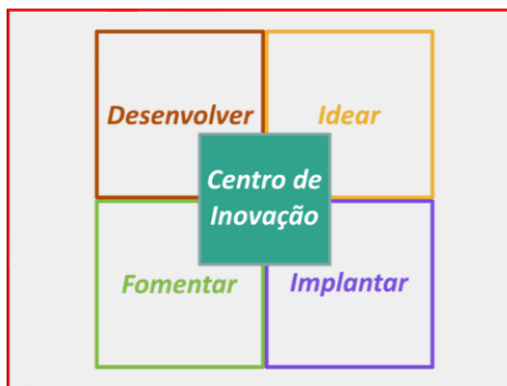
Segundo a Secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado de Santa Catarina (2017), um Centro de Inovação tem os seguintes objetivos:

- Fomentar o ecossistema de inovação em uma determinada região.
- Criar e implantar a cultura inovadora e empreendedora
- Semear, gerar e escalar negócios inovadores.

O maior desafio de um Centro de Inovação é promover a aproximação entre todos os atores que compõem o cenário de um ecossistema de inovação. Entre esses atores, podemos citar os idealizadores, os fomentadores e os realizadores. O idealizador é aquele que tem a proposta e vislumbra o desenvolvimento e a aplicação da inovação no mercado alvo ou na sociedade

como um todo; o fomentador é o parceiro que apresenta recursos para movimentar o processo e oferece condições para tal; o realizador é o parceiro que apresenta conhecimento técnico para o desenvolvimento da proposta de inovação. Esse ciclo demanda conexão entre os parceiros, fluxo operacional e posterior realização da inovação. A estrutura do ecossistema de inovação depende necessariamente da conexão adequada entre os parceiros.

Figura 8 – Fluxo Estrutural de um Ecossistema de Inovação Tradicional



Fonte: Próprio autor

A Estrutura Para o Ecossistema de Inovação Social

Embora a dinâmica de atuação de um ecossistema de inovação social seja similar a um ecossistema de inovação dito convencional, os atores e a forma como esses interagem são diferenciados. Segundo Murray (2010), as ações

podem se concentrar em um Hub de Inovação Social, onde por meio de intermediadores, os demais atores poderão se organizar para o desenvolvimento e a implantação de um projeto de inovação social.

- **Hubs de Inovação Social** – Hubs de Inovação Social são espaços que têm como principal objetivo reunir pessoas interessadas em aprender, compartilhar e colaborar umas com as outras, dividindo experiências, conhecimentos e técnicas que possam auxiliar no desenvolvimento ou na implementação de projetos de Inovação Social; não podemos confundir um Hub de Inovação Social com um espaço de Coworking; é um espaço onde membros de comunidades em situação de vulnerabilidade social, empreendedores sociais, dentre outras pessoas, podem compartilhar suas ideias e suas vivências, gerando um ambiente de aprendizado e suporte mútuo entre os membros.
- **Plataforma de Inovação Social** – a plataforma de inovação social na verdade é um conjunto de ferramentas que oferecem: possibilidade de intercomunicação dentre os membros participantes de um Hub de Inovação Social; possibilidade de comunicação das ações do Hub de Inovação Social para a comunidade aberta; ferramentas de suporte ao desenvolvimento de ideias; ferramentas

de suporte à prototipação de produtos; ferramentas e meios de produção e distribuição; etc.

- **Propagadores da Inovação Social** – são pessoas entusiastas da Inovação Social e dos efeitos que ela pode causar em ambientes em situação de vulnerabilidade socioeconômica; em geral, os times de defensores da causa são formados por empreendedores sociais, observadores (que buscam oportunidades em comunidades ou em projetos que estão iniciando) e consultores na área de inovação.
- **Times de Inovação** – Times de Inovação são formados por grupos de pessoas com habilidades multidisciplinares e que se responsabilizam pelo processo de criação, desenvolvimento e implantação de um projeto de inovação social; pode ser formado por pessoas de empresas, da comunidade, de instituições de ensino e pesquisa, de órgãos governamentais; etc.
- **Redes de Inovação** – Redes de Inovação podem ser consideradas como uma alternativa à estrutura organizacional inserida na economia social; a natureza intrínseca de Redes de Inovação gera benefícios imediatos para um ecossistema de inovação, como a troca de conhecimentos e integração entre as pessoas.
- **Instituições de Inovação** – São ambientes ditos tradicionais, mas que têm na inovação uma prática diária, como por exemplo,

universidades, laboratórios de treinamento, institutos de pesquisa; etc.

- **Intermediadores** – Os intermediadores têm um papel fundamental em um ecossistema de inovação social que é o de aproximar os diversos atores que podem futuramente se envolver no desenvolvimento de um projeto de inovação social, desempenhando um papel similar aos do Centros de Inovação.

Parte 3 – Dois Projetos .BR de Inovação Social



inova^{aps}

Trata-se da desconstrução de uma ideia de que o artesanato deve ser adquirido apenas como uma forma de apoio ao artesão. Trata-se de se fazer atribuir o sentido do real valor inerente àquela obra que lhe é cara no desenvolvimento. Há de se entender que, em uma obra, em um artesanato, carrega-se todo um valor técnico, cultural e até mesmo afetivo, ao se propagar um conhecimento popular por meio da arte *(Josiane Masson)*.



inovaCPS

Parte 3 – Dois Projetos .BR de Inovação Social

No Brasil, o conceito de Inovação Social ainda é insípido, principalmente em ações do 1º Setor. Temos ações importantes de Empreendedorismo Social principalmente no 2º Setor, com empresas como Natura e Santander. Mas no conceito mais puro de Inovação Social, em geral, os projetos que se destacam pela realização de ações concretas são criados e executados por grupos do 3º Setor, mantidos com aporte de doações da população ou de algumas grandes empresas que apoiam esse tipo de iniciativa. Alguns poucos projetos se tornam sustentáveis, como veremos a seguir.

O Artesanato Solidário da Artesol

A Artesol é uma organização concebida por Ruth Cardoso, há mais de 20 anos e tem como missão promover e valorizar o artesanato e o artesão tradicional brasileiro, por meio de estratégias sustentáveis, na área cultural e ambiental.

Para Josiane Cristina Masson Alves da Motta (2021), Coordenadora da Comissão Executiva da Artesol, Ruth Cardoso, numa visão diferenciada, conseguiu articular os três setores da sociedade na construção de uma sólida rede de parceiros. O espírito empreendedor do projeto faz com que a Artesol olhe sempre em frente, buscando novas formas de fomentar a inovação social.

Porém, nada define melhor o que é a Artesol do que seu mote apresentado em seu site:

A ArteSol é uma organização sem fins lucrativos que atua há mais de duas décadas investindo na valorização e promoção do artesanato tradicional brasileiro, através de estratégias focadas na sustentabilidade socioeconômica, cultural e ambiental das comunidades em que atuamos.

O principal propósito é apoiar a salvaguarda do fazer artesanal de tradição, mantendo vivo o patrimônio imaterial ligado à essa atividade e promovendo a autonomia dos artesãos e a geração de renda para seus núcleos produtivos.

Em entrevista com Josiane Masson, alguns pontos relevantes sobre o trabalho desenvolvido pela Artesol foram destacados. São linhas múltiplas de ação em que a Artesol atua, como formação dos artesãos em áreas de identidade cultural, desenvolvimento de produto, gestão de negócio, marketing, entre outras, sempre envolvendo os princípios do movimento do comércio justo

O Cenário Nacional

O fomento à Inovação Social, na Artesol, se dá pelo apoio e revitalização do fazer de artesãos espalhados pelas mais diversas regiões do Brasil.

A criação de um ambiente onde a Artesol fez da tecnologia sua grande aliada, permite a interconexão entre os mais diversos projetos de comunidades espalhadas pelo país, ampliando sua visibilidade para os quatro cantos do mundo. Essa flexibilidade, apenas uma tecnologia como a Internet poderia proporcionar.

Barreiras

Segundo Josiane Masson, historicamente falando, o artesão e o artesanato sempre foram socialmente estigmatizados, onde são vistos como atividades secundárias, não nobres. A participação da Artesol nesse fazer não se caracteriza por uma ação assistencialista, mas sim por uma ação que busca levar ao artesão a dignidade e o valor que lhe cabe enquanto profissional.

Trata-se da desconstrução de uma ideia de que o artesanato deve ser adquirido apenas como uma forma de apoio ao artesão. Trata-se de se fazer atribuir o sentido do real valor inerente àquela obra que lhe é cara no desenvolvimento. Há de se entender que, em uma obra, em um artesanato, carrega-se todo um valor técnico, cultural e até mesmo afetivo, ao se propagar um conhecimento popular por meio da arte.

Por outro lado, essa desconstrução, essa valorização do artesanato como uma peça de muitos valores agregados, periga direcionar o produto a uma nova

precificação, tornando-o de mais difícil acesso para as camadas menos abastadas da população.

Uma grande dificuldade para que o produto chegue ao mercado com valor acessível está nas dimensões de nosso país e a complexidade logística para fazer com que um artesanato saia do interior do Amazonas e chegue a pontos distantes, como São Paulo.

Um terceiro ponto exposto por Josiane é a falta de qualificação e de instrumentos qualificadores para os artesãos, principalmente no tocante à sua capacidade de gestão de seu negócio, sua capacidade de inovação em seu fazer, e a falta de uma política pública adequada aumenta a lacuna existente entre o artesão e seu público.

Acesso à arte

Além do contexto logístico citado anteriormente, é preciso entender um cenário relativamente novo, e que vem evoluindo de forma exponencial, que é o das vendas online. A venda online aproxima o produtor e o consumidor que podem estar distantes muitos milhares de quilômetros um do outro. Apesar desse facilitador, o artesão, o âmago do artesanato, não está nos grandes centros, mas sim nas pequenas localidades, remotas, de difícil acesso.

Essa distância cria, além de tudo, uma barreira que é o do acesso à tecnologia da informação. Muitos desses ambientes não têm acesso à energia elétrica,

quicá redes de telefonia de celulares e Internet. Como fazer da venda online uma realidade para esse artesão?

Comércio Justo

A Artesol nasceu inserida em um contexto inerente a proposta do Comércio Justo⁵, mesmo sem conhecer, a princípio, todo um movimento que já evoluía em nível mais amplo. Hoje a Artesol é membro do *World Fair Trade Organization* (WFTO), órgão que dissemina, em nível mundial, esse conceito.

A Artesol vem cumprindo seu papel nesse contexto ao levar tanto ao artesão quanto ao varejista que adquire sua peça, a compreensão do real valor agregado àquela obra. O Comércio Justo vem se consolidando como um dos principais pilares no fomento ao desenvolvimento da produção e comercialização digna do artesanato no Brasil e no mundo.

Cabe ao Primeiro Setor brasileiro, em todas as suas esferas, ter "boa vontade" para disseminar e implementar essa cultura por todo o país, para que isso se torne realidade no fazer, na prática de nossos cidadãos.

⁵ "...o Comércio Justo pode ser definido como uma parceria comercial, baseada em diálogo, transparência e respeito, que busca maior equidade no comércio internacional, contribuindo para o desenvolvimento sustentável por meio de melhores condições de troca e garantia dos direitos para produtores e trabalhadores à margem do mercado." Sebrae. **O que é Fair Trade?** <<http://bit.ly/3aAJiBt>>. Acesso em: Fevereiro, 2021.

Projeto Artiz

A Artiz é uma loja experimental, localizada em um ambiente diferenciado, no Shopping JK Iguatemi, em São Paulo. A entrada de uma loja de artesanatos em um ambiente elitizado da maior cidade do país, torna-se para a Artesol uma das grandes divulgadoras do conceito do Preço Justo perante esse público. Além disso, a Artiz não é apenas uma loja em seu conceito mais simplista, não é apenas um ambiente de vendas, mas sim um espaço onde se apresenta o artesanato não só pela sua arte, mas por todo o seu contexto: Quem é esse artesão? Em qual cultura ele está inserido? Qual é a história dessa obra?

A Artiz atua, de forma inovadora, não só pela sua entrada em um ambiente diferenciado, mas ao se estabelecer como um elemento que cria vínculos entre artesãos e lojistas de todo país.

Indústria

O estabelecimento do vínculo entre artesãos e a indústria ainda ocorre timidamente, mas já começa a fazer parte da realidade de algumas empresas. Em geral, trata-se de artesãos na área têxtil, com a produção de tecidos customizados para a produção de roupas ou peças especiais para aporte na produção de calçados. Claramente, ainda é uma área a explorar e, com certeza, depende também de uma conscientização do empresariado para que passe a dar valor a esse tipo de peças.

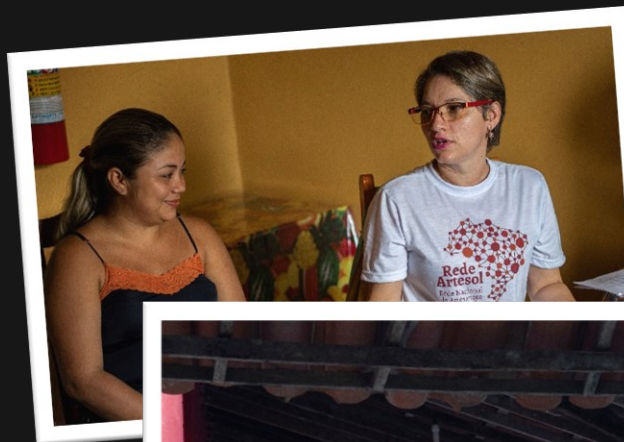
Momentos Artesol





N. A.: A Artesol tem, em sua essência, uma necessidade ímpar de correr o interior do Brasil em busca de pessoas que precisam e querem ser ajudadas no desenvolvimento de sua profissão, seja na capacitação dessas pessoas, no apoio logístico, seja oferecendo visibilidade aos produtos criados pelas mãos hábeis desses artesãos.

Fotos por: Theo Grahl / Artesol



Instituto Chapada de Educação e Pesquisa construindo o saber nos recônditos do Nordeste Brasileiro

O Instituto Chapada de Educação e Pesquisa (ICEP) é uma organização sem fins lucrativos que tem como principal objetivo fomentar e tornar acessível a Educação Pública de qualidade, em nível Infantil e Fundamental em comunidades em situação de vulnerabilidade socioeconômica, atendendo cidades do interior até a Capital da Bahia, Pernambuco e Alagoas.

Uma das grandes dificuldades, quando se trata de educação, é o ICEP manter seus Valores, em um país onde a educação está tão desmoralizada, tanto pela população quanto pela comunidade política do Brasil. Os quatro valores sobre os quais o ICEP busca manter seus princípios são: equidade, honestidade, ética e principalmente, apartidarismo.

Atuação

A atuação do ICEP envolve profissionais da educação, em parceria com pais e estudantes, objetivando as transformações necessárias para a melhoria do sistema educacional nos municípios envolvidos com o projeto. O foco da atuação está na formação de coordenadores pedagógicos, gestores escolares e professores para a produção e sistematização de conhecimentos, por meio de uma metodologia de formação continuada, aliada à mobilização sociopolítica dos diversos atores envolvidos nas redes municipais de ensino. A atuação do projeto

se estende por sete regiões nos estados da Bahia (Chapada Diamantina, Agreste Litoral, Pratigi e Salvador), Pernambuco (Cabo de Santo Agostinho e Jaboatão dos Guararapes) e Alagoas (São Miguel dos Campos).

A metodologia de ação se aplica pelo incentivo a formação de territórios colaborativos, visando atingir a meta de educação com qualidade. Municípios de pequeno ou médio porte, e até mesmo municípios de grande porte, mas com dificuldades para atingir a população periférica e em condições de vulnerabilidade socioeconômica, que não conseguem arcar com a formação continuada de seus profissionais da educação unem-se de forma colaborativa e dividem os gastos necessários para oferecer programas de formação continuada. Após o término dos cursos de formação, a própria comunidade de profissionais envolvidos busca colocar em prática e avaliar os resultados de novas metodologias aplicadas nas escolas.

Além disso, o ICEP atua na criação e distribuição de material para formação de gestores pedagógicos e professores, além de materiais pedagógicos na área de Matemática e Língua Portuguesa para uso em salas de aula, do 1º ao 5º ano do ensino fundamental.

Um importante nível de atuação do ICEP está na criação de estratégias de mobilização social e engajamento no desenvolvimento de seus projetos nas mais diversas regiões do Nordeste, onde atua.

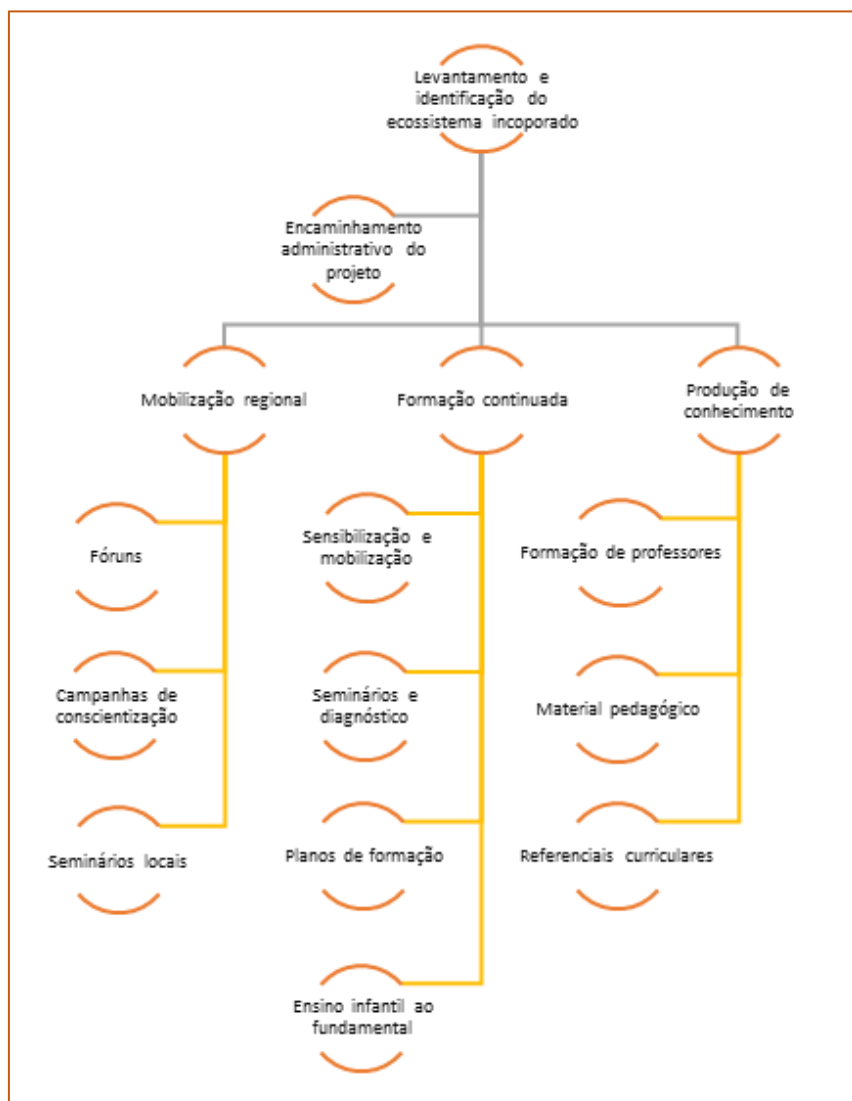
Essas articulações envolvem os três setores da sociedade civil englobando a participação estudantil na definição de suas metas e propostas. As ações da ICEP, enquanto projeto de Inovação Social no campo da educação, ampliam o aspecto político-social das metodologias e processos educacionais por meio de uma ação apartidária e contínua, independente da gestão pública, permitindo uma apropriação pela sociedade das políticas educacionais.

A manutenção dessas políticas se faz por meio de comissão própria, com a participação da sociedade civil e poder público, tendo como objetivo o cumprimento das metas propostas pela sociedade e constante avaliação da gestão pública da educação.

Metodologia de Desenvolvimento de Projetos do ICEP

O Instituto Chapada de Educação e Pesquisa (Icep) atua, de forma sistemática, na formação do corpo docente e do corpo de gestão pedagógica além de formar supervisores técnicos capazes de atuar junto às secretarias de Educação dos municípios envolvidos no projeto. Durante este período, a metodologia denominada Territórios Colaborativos pela Educação, que envolve a formação continuada de educadores em contexto de trabalho, a mobilização sociopolítica de educadores e da comunidade escolar e a produção de conhecimento, tomou corpo e se consolidou como a força motriz para a incorporação de novos ecossistemas no processo educacional. Na figura 9 é apresentada o esquemático da metodologia aplicada pelo ICEP.

Figura 9 – Metodologia aplicada pelo ICEP



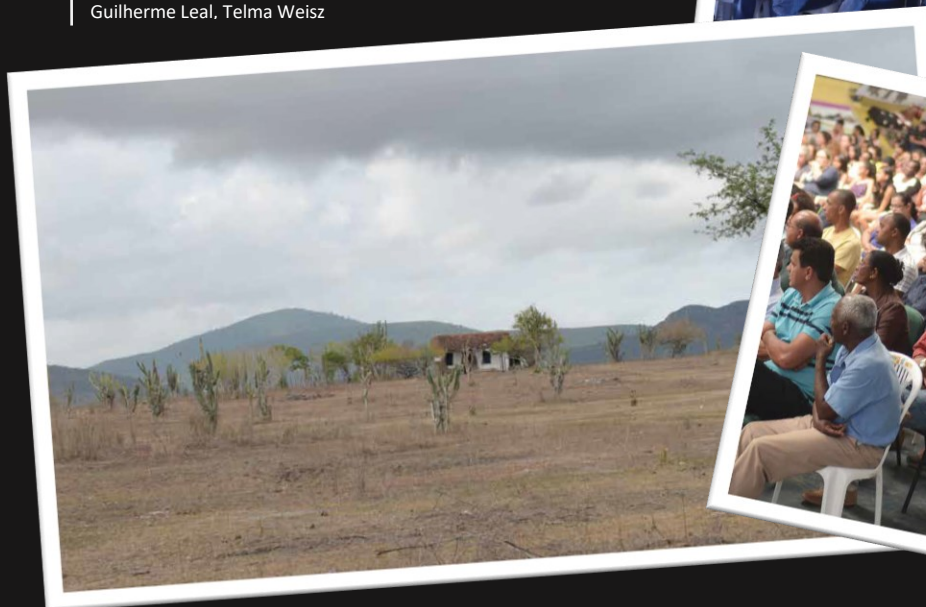
Fonte: <http://institutochapada.org.br/iinfografico-da-metodologia-do-icep/>

Momentos ICEP



N. A.: O ICEP tomou para si a missão de apoiar, nos recônditos das regiões mais vulneráveis socialmente falando, o processo de formação do professor e aprimoramento do ensino, gerando resultados impressionantes na formação fundamental de milhares de crianças do Sertão Nordestino. É uma ação que exige, antes de tudo, muito coração.

Fotos por: Bruno Machado, Dill Santos, Fernanda Ramos de Novaes, Roselânia Vieira Santos, Valgérbera Souza Santos Teixeira, Elisabete Regina Monteiro, Fernando Vivas, Gustavo Lourenção, Manuela Cavadas, Mário Castelo, Guilherme Leal, Telma Weisz



Fechamento

Vimos nessa obra, de um lado, o status da vulnerabilidade socioeconômica no Brasil, crescente, mal avaliada, que abrange hoje uma grande faixa da nossa sociedade.

De outro lado, uma linha de pensamento, a da Inovação Social, que vem sendo aplicada com sucesso por muitos governos de países mais avançados, porém, vem sendo ignorada pela cúpula governista brasileira.

Enquanto isso, membros dos segundo e terceiro setores começam a abraçar essa causa enquanto ferramenta de combate à vulnerabilidade socioeconômica, e como vimos, algumas com muito sucesso.

Para quem quiser saber um pouco mais sobre esses dois grandes projetos, há muita informação em seus respectivos sites oficiais:

<https://www.artesol.org.br/>

e

<http://institutochapada.org.br/>

Agora, cabe a nós fazermos um pouco mais por aqueles em situação de risco no Brasil. Mãos à obra.

Referências Bibliográficas



inova^{aps}

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Tara; CURTIS, Andrew; WITTIG, Claudia. Definition and theory in social innovation. 2014. 36 pp. Master of arts in social innovation. Danube University, Krems – Austria, 2014.

ANDRÉ, Isabel; ABREU, Alexandre. Dimensões e espaços da inovação social. Finisterra, Portugal, v. 41, n. 81, 2006. P. 121-141.

ArteSol. Relatório Anual ArteSol 2019. São Paulo. 2019. 57 pp. Disponível em: <<https://artesosol.org.br/files/uploads/downloads/Relatorio-107.pdf>>. Acesso em: Janeiro, 2021.

Artesol. Artesol. 2021. Artesanato Solidário. Disponível em <www.artesosol.org.br>. Acesso em: Janeiro, 2021.

ASID. ASID. 2021. Ação Social para Igualdade das Diferenças. Disponível em: <<https://asidbrasil.org.br/br/>>. Acesso em: Janeiro, 2021.

BINKOSKI, Alana et al. Cesta Básica Nacional: Análise Nutricional e Financeira. Visão Acadêmica, Curitiba, v. 20, n. 4, 2020.

BRASIL. IBGE A. IBGE: Painel de Indicadores. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/indicadores>>. Acesso em: Janeiro; 2021.

BRASIL. IBGE B. IBGE: Desemprego. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>. Acesso em: Janeiro; 2021.

BRASIL. IBGE C. Em 2019, proporção de pobres cai para 24,7% e extrema pobreza se mantém em 6,5% da população. IBGE: Síntese de Indicadores Sociais, 2019. Disponível em:

<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29431-sintese-de-indicadores-sociais-em-2019-proporcao-de-pobres-cai-para-24-7-e-extrema-pobreza-se-mantem-em-6-5-da-populacao>>. Acesso em: 25 Janeiro; 2021.

CHRISTENSEN, Clayton M.; BAUMANN, Heiner; RUGGLES, Rudy; SADTLER, Thomas M. Disruptive innovation for social change. Harvard Business Review, Massachusetts, USA, v. 85, n. 4, p. 136-145. December. 2006.

COSTA, Marco Aurélio; MARGUTI, Bárbara Oliveira Editora. Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros. IPEA. Rio de Janeiro. 2015.

DEES, J. Gregory. The Meaning of Social Entrepreneurship. In: Case Studies in Social Entrepreneurship and Sustainability. The Center for the Advancement of Social Entrepreneurship. Durham, NC, USA. 1998. p. 34-42.

DIEESE. Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos. 2021. Salário-mínimo nominal e necessário. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em: 20 janeiro. 2021.

Custo da cesta básica aumenta em 10 capitais. DIEESE. Nota à imprensa. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2020/202002cestabasica.pdf>>. Acesso em: Janeiro. 2021.

DOMANSKI, Dmitri; MONGE-IRIARTE, Nicolás. Social Innovation in Chile. In: Atlas of Social Innovation. Technische Universität Dortmund. Dortmund. Germany. 2018. p. 134-136.

DOWBOR, Ladislau. Inovação Social e Sustentabilidade. Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 109-125.. Jan./Jun. 2009.

Brasil é nono país mais desigual do mundo, diz IBGE. Exame. <<https://exame.com/economia/brasil-e-nono-pais-mais-desigual-do-mundo-diz-ibge/>>. Acesso em: Janeiro, 2021.

FINEP. Manual de Oslo. OCDE. FINEP. Brasília. 2005. Tradução da Terceira Edição.

FINEP. Manual de Frascati. Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE. 2002. Brasília. Tradução de 2013.

ICEP. Instituto Chapada de Educação e Pesquisa, 2021. Inovação Social a Serviço da Educação. Disponível em: <<http://institutochapada.org.br/>>. Acesso em: Janeiro; 2021.

IPEA. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro, IPEA, 2017. 41pp. Disponível em: <<http://www.agenda2030.org.br/sobre/>>. Acesso em: Outubro. 2018.

MOTTA, Josiane C. M. A. da. Entrevista. Janeiro, 2021. Entrevistador: Fábio Lúcio Meira. Arquivos .OGG. 6.7Mb. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A deste trabalho.

MURRAY, R.; CAULIER-GRICE, J.; MULGAN, G. The Open Book of Social Innovation. The Young Foundation. London, UK, 2010, 224p.

NICHOLLS, Alex et al. (Ed.). New frontiers in social innovation research. Springer. UK. 2015.

ONU. General Assembly. 68th session. Item 118 of provisional agenda. New York. Jul. 2013. p. 1-19.

PASSADOR, Cláudia Souza. A responsabilidade social no Brasil: uma questão em andamento. In: VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal. 2002. p. 8-11.

PHILLS, James A.; DEIGLMEIER, Kriss; MILLER, Dale T. Rediscovering social Innovation. Stanford Social Innovation Review, Stanford – CA – USA, v. 6, n. 4, p. 34-43, January, 2008.

POMERANTZ, Mark. The business of social entrepreneurship in a "down economy". IN BUSINESS-EMMAUS. Pennsylvania - USA, v. 25, n. 2, p. 25-28, 2003.

PUTNAM, Robert D. Bowling alone: America's declining social capital. In: Culture and politics. Palgrave Macmillan, New York, 2000.

Receita Federal do Brasil. Pessoas que podem ser declaradas como dependentes na Declaração do IRPF 2020. Disponível em: <<http://bit.ly/396RoCp>>. Acesso em: Janeiro. 2021.

ROCHA, Sonia. Estimação de linhas de indigência e de pobreza: opções metodológicas no Brasil. Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, p. 685-718, 2000.

Santa Catarina, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável. Guia de Implantação dos Centros de Inovação: Livro I - Conceito e Fundamentos. Florianópolis, 2017.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. Metodologias para estabelecer a linha de pobreza: objetivas, subjetivas, relativas e multidimensionais. IPEA. Rio de Janeiro. 2009.

A Inovação Social como ferramenta de
combate à vulnerabilidade social

Fábio Lúcio Meira
João Pedro Albino

ISBN: 978-65-00-45377-5



inova^{cps}